



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004607-68.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Anulação e Substituição de Títulos Ao Portador - Cheque**
 Requerente: **Garbuio Engenharia e Construtora Ltda Me**
 Requerido: **Charles Alves de Queiroz e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

GARBUIO ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA ME, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Anulação e Substituição de Títulos Ao Portador em face de Charles Alves de Queiroz, Denilson Teodoro, também qualificado, alegando tenha contratado o réu *Denilson* para assentamento de pisos de porcelanatos no prédio da *Clínica Focus*, aduzindo tenha havido falha grave no serviço permitindo infiltração que culminou com a soltura dos pisos, a partir do que reclamou ao réu o reparo que não teria sido realizado, obrigando a ela, autora, sustar o pagamento do cheque emitido e favor do réu, que de sua parte repassou o título ao réu *Charles*, pessoa estranha ao negócio, que o apontou a protesto, à vista do que requereu a anulação do título e, como medida liminar, a sustação ou suspensão dos efeitos do protesto.

O réu *Denilson* contestou o pedido alegando sempre ter sido funcionário da autora e que o cheque em discussão teria sido utilizado para pagamento de R\$ 6.072,00 do crédito de R\$ 14.572,00 oriundo de salários atrasados referente aos meses de fevereiro e março (ano não informado) tratados em ação trabalhista cujas cópias estariam acostadas às fls. 49 dos autos, de modo a concluir não haja relação alguma entre esse cheque e o serviço prestado à autora, que, ao contrário do alegado na inicial, teria sido elogiado por ela, e porque não haveria prova dos danos, reclamou a improcedência da ação.

O réu *Charles* não contestou o pedido.

A autora replicou reafirmando que o réu *Denilson* teria mesmo sido contratado para assentar pisos na obra e que dito serviço não teria sido realizado satisfatoriamente, obrigando-a a sustar o pagamento do cheque.

O feito foi instruído com o depoimento pessoal dos réus, tendo a autora deixado de comparecer à audiência, não obstante pessoalmente intimada, à vista do que seu procurador reclamou prazo para comprovar a impossibilidade, o qual, não obstante concedido, não foi atendido pela parte.

É o relatório.

Decido.

Conforme já indicado no saneador, a controvérsia refere-se à causa de emissão do cheque ter decorrido a. do serviço de assentamento de pisos de porcelanatos no prédio da *Clínica Focus*, ou b. de pagamento de R\$ 6.072,00 do crédito de R\$ 14.572,00 oriundo de salários atrasados referente aos meses de fevereiro e março (ano não informado) tratados em ação trabalhista cujas cópias estariam acostadas às fls. 49 dos autos, ainda que os documentos de fls. 45/56 tratem apenas da distribuição da ação trabalhista.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A fim de elucidar tal controvérsia, foi determinado o comparecimento das partes para interrogatório perante o magistrado, em audiência à qual o representante da autora não compareceu, e não obstante tenha postulado prazo para comprovação da impossibilidade, não houve apresentação de prova alguma que justificasse dita ausência, à vista do que, tendo havido intimação pessoal com expressa advertência da pena de confissão (*vide mandado e certidão às fls. 74 e fls. 75, respectivamente*), de rigor se mostra a aplicação do disposto no §2º do art. 343, do Código de Processo Civil, presumindo-se a confissão da autora em favor da versão apresentada pelo réu *Denilson*, de que a causa de emissão do cheque foi o pagamento de R\$ 6.072,00 de um crédito trabalhista maior, no valor de R\$ 14.572,00, oriundo de condenação em ação trabalhista.

A ação é, portanto, improcedente, cumprindo ao autor arcar com o pagamento das despesa processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em valor equivalente a um (01) salário mínimo, conforme autorizado pelo §4º do art. 20, do Código de Processo Civil, à vista do pequeno valor dado à causa.

À vista da decisão de mérito desfavorável à autora, revogo a antecipação da tutela para autorizar o imediato protesto do título.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, em consequência do que **revogo a antecipação da tutela para autorizar o imediato protesto** do cheque nº 850184 no valor de R\$ 2.649,00, cujo apontamento foi objeto do protocolo nº 314504 datado de 15/05/2015, devendo para tanto ser oficiado ao Tabelião para os fins de direito, e CONDENO a autora das despesa processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em valor equivalente a um (01) salário mínimo, conforme autorizado pelo §4º do art. 20, do Código de Processo Civil, na forma e condições acima.

P. R. I.

São Carlos, 02 de março de 2016.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**